



Álvaro Santos Pereira Diretor do departamento de estudos sobre países da OCDE

“A cultura de impunidade

Textos **ELISABETE MIRANDA**
e **SÓNIA M. LOURENÇO**
Foto **NUNO BOTELHO**

Três meses depois da apresentação do polémico relatório da OCDE onde se analisa a corrupção em Portugal, Álvaro Santos Pereira, ex-ministro da Economia do governo de Pedro Passos Coelho e diretor da OCDE, dá uma entrevista ao Expresso onde fala das pressões do Governo, incomparavelmente maiores do que as que sofreu de outros países. Expressões como “impunidade”, “corrupção” e “compadrio” pontuam o seu discurso.

■ Ainda esta semana dizia no Twitter que, “se o silêncio sobre a corrupção e o compadrio interessa a alguns, a verdade é que este silêncio é um autêntico cancro para a democracia”. Que silêncio é este e quem o promove?
■ Acho que mais do que estarmos a falar sobre quem o promove, nós todos, jornalistas, políticos, pessoas que trabalham nas organizações internacionais ou se dedicam à causa pública, têm o dever de promover o combate à corrupção. Contra a falta de transparência, de integridade, que existe na vida pública. É preciso lembrar que Portugal foi à bancarrota em grande parte por práticas de corrupção e compadrio entre o Estado e os privados; os problemas que temos nos bancos muito têm a ver com essas políticas. A próprias regras da energia não só existem — e alguns esforçam-se por negá-las — como claramente têm a ver com questões de compadrio e eventualmente corrupção também. Estamos a falar de temas muito importantes para a economia nacional. É preciso não ter medo de falar do combate anticorrupção. Gostaria de perguntar quem é que tem medo de falar sobre corrupção.

■ Alguém tem medo em Portugal?
■ Eu acho que há pessoas que têm medo de falar sobre corrupção.

■ Quem?
■ Há pessoas que acham que o tema é incómodo.

■ Situa aí o Governo, membros do Governo?
■ Terá de perguntar ao Governo.

■ Cruzou-se com muitos casos de corrupção quando foi governante?
■ Eu não me cruzei pessoalmente com casos de corrupção, agora claramente... repare, se há um tema de que me orgulho foi de lutar contra as rendas na energia, contra as rendas nas parcerias público-privadas. Foi, quando era preciso, denunciar às autoridades competentes. Foi noticiado que chegámos ao cúmulo de ter leis para o privado escritas pelo próprio privado. Como é possível os deputados da nação calarem-se com um escândalo destes? Como é possível não termos a Justiça e os políticos a insurgirem-se contra esta questão? Isto é gravíssimo. Outro caso: passaram quase oito anos sobre a crise financeira que nos levou ao resgate; passaram quase cinco anos sobre a maior fraude financeira que este país viu. Onde estão as pessoas julgadas? Continua a haver uma prática de impunidade quando devia haver uma cultura de integridade.

■ A quem atribui a responsabilidade no BES?
■ Em parte tem a ver, sem dúvida alguma, com os meios que se dão à Justiça. E isso está no relatório da OCDE: é inaceitável que continuemos a ter de retirar recursos de um megaprocado para o outro, porque não há pessoas suficientes. Isso para mim é inadmissível. Por outro lado, acho um escândalo que em Portugal se permita que as pessoas vão de recurso em recurso até mais não poderem, até morrerem de velhos, sem serem

julgados. O sistema político e judicial tem de trabalhar com muito afinco para acabar com esta pouca-vergonha e com esta impunidade. Basta de impunidade neste país.

■ Na auscultação que fez aos agentes da Justiça para produzir o relatório da OCDE, passaram-lhe essa ideia de impunidade e silenciamento?
■ Passaram-me a ideia, certamente, de que muitas vezes não tinham recursos suficientes. Principalmente estão muito preocupados com os próximos anos, porque muitos procuradores vão-se reformar. Mais do que isso, existem muito poucos meios para treinos especializados para os procuradores dos crimes económico-financeiros. A ministra da Justiça ainda esta semana lançou alguns propósitos importantes, para reforçar os meios da Justiça, mas não basta. É preciso lembrar que a prática jurídica portuguesa não é satisfatória. Para julgarmos alguém num megaprocado vamos ter de provar que a pessoa tem crimes de branqueamento de capitais, de evasão fiscal, de corrupção ativa e passiva, julga-se o processo inteiramente. O que se faz noutros países é dividir por áreas e a pessoa acaba por ser julgada muito mais cedo. O próximo Governo tem de avançar com medidas claríssimas no combate à corrupção. Avançar com um plano nacional contra a corrupção com linhas diretoras sobre exatamente o que fazer nos próximos cinco anos. E com a criação de uma agência nacional contra a corrupção.

■ Com que funções?
■ Que possa auxiliar e ajudar o Ministério Público, as entidades que lutam contra o crime económico-financeiro, para fazer a ligação ao poder político e também para poder avançar com a luta anticorrupção. Depois, é preciso avançar com temas que dizem que são inconstitucionais e eu não percebo como. Como é que é possível darmos a desculpa da inconstitucionalidade para não termos procedimentos claros contra o enriquecimento ilícito? Ou quando sabemos que tribunais especializados podem ajudar na resolução dos problemas de corrupção e compadrio? Se é inconstitucional, mude-se a Constituição. A cultura de impunidade neste país tem de acabar.

■ Dá a ideia de que Portugal é um país de corrupção generalizada.
■ Não. E aliás houve algumas pessoas que diziam que a OCDE comparava Portugal a países de Terceiro Mundo. Ninguém está a dizer isso. Agora, há cada vez menos dúvidas de que Portugal foi à falência em 2011 por problemas de corrupção e compadrio.

■ E também na Grécia, e também na Irlanda...
■ ...não quer dizer que tenha sido motivo único, mas houve práticas erradas fomentadas por práticas de corrup-

“ [NO GOVERNO] NÃO ME CRUZEI PESSOALMENTE COM CASOS DE CORRUPÇÃO
CONTINUA A HAVER UMA PRÁTICA DE IMPUNIDADE ”



ção e de compadrio que devem ser punidas.

■ Refere-se à Operação Marquês ou a políticas públicas concretas?
■ Houve várias práticas irresponsáveis.

■ Irresponsáveis, logo corruptas?
■ Claramente ligadas a práticas de corrupção e compadrio.

■ Então, em sua opinião, alguns dos membros do Governo Sócrates já deviam estar presos?
■ Não é isso que estou a dizer. Estou a dizer é que, primeiro, a Justiça devia ter meios próprios para avançar, que estas práticas de corrupção e compadrio devem ser julgadas o mais rapidamente possível, e que temos de avançar com mecanismos de prevenção futura.

■ Este braço de ferro com Portugal deixou-o desiludido com algumas pessoas, ou já tinha perdido a virgindade quando passou pelo Governo?
■ Não tenho nada que estar desiludido ou deixar de estar. Recebo pressões de governos a toda a hora. O que me desilude é que os partidos políticos não estão a fazer o serviço que deviam estar a fazer à nação.

VOLTAR À POLÍTICA

“Neste momento não está nos meus planos”

Álvaro Santos Pereira afasta, para já, um regresso à política ativa. “Neste momento não está nos meus planos”, responde à questão do Expresso. E revela que tenciona “escrever um livro sobre as reformas que o país precisa de fazer”, porque “é importante lançar o debate”. Sobre a polémica que envolve o Governo, a propósito dos laços familiares nas nomeações, diz que “certamente não punha — e não pus — ninguém da minha família no Governo”. Se há acusações de nepotismo “têm de ser os portugueses a decidir”. Lembra, contudo, que organismos como a Transparency International sinalizam que “fomentar algumas relações familiares pode ter problemas a nível de políticas públicas”.

“A crescer a este ritmo, os nossos jovens vão todos emigrar”

As reformas estruturais nos anos do ajustamento têm papel principal no discurso de Álvaro Santos Pereira. Ao atual Governo reconhece o mérito de manter a prudência orçamental. E garante que sem mais reformas de fundo “o país não tem futuro”.

■ O secretário-geral da OCDE diz ter “a melhor opinião” do Governo português e elogiou a solução política. Concorda?
■ O Governo teve um mérito impor-

neste país tem de acabar”



Álvaro Santos Pereira nas instalações do Expresso esta quarta-feira: o ex-ministro da Economia diz que “há pessoas que têm medo de falar sobre corrupção” em Portugal

tante: manter a estratégia de prudência orçamental. Não há margem para não sermos prudentes, porque a dívida continua demasiado elevada. Há, como se diz em inglês, o “one song hero”, que é o João Leão, o secretário de Estado do Orçamento. Ninguém fala nele e acho que tem feito um trabalho muito meritório para conseguirmos manter a redução da dívida.

■ A economia europeia está a abrandar. Portugal está preparado?

■ Não nos podemos dar ao luxo de passar mais quatro anos sem qualquer reforma estrutural. Sem elas o país não tem futuro. Apesar de pensarmos que temos este sucesso todo, o PIB *per capita* cresceu 10% entre 2000 e 2017. Para duplicar, a este ritmo, vai demorar 140 anos. Se isso acontecer, os nossos jovens vão todos emigrar. 2% não chegam. Temos de estar a crescer pelo menos 3%. Temos um problema muito grave de envelhecimento acelerado. É prioritária uma reforma da Segurança Social que penalize de forma irreversível as reformas antecipadas. Se as pessoas se reformarem aos 60 anos, e mesmo aos 65 anos, a Segurança Social é insustentável. Há outras reformas fundamentais. Uma

é a reforma do Estado. Mais do que documentos panfletários, precisamos de uma reforma a sério, que tire a política da Administração Pública. Os diretores-gerais, os secretários-gerais, todos esses cargos dirigentes que servem para os *jobs for the boys* de muitos partidos políticos, deviam ser da Administração Pública. Nem um devia vir da política.

■ A introdução da CRESAP não foi suficiente?

■ Claro que não. Pode ter sido um passo, mas não pode ser o final.

■ Falou em documentos panfletários para a reforma do Estado. O último sobre esta questão foi no seu Governo, pelo dr. Paulo Portas....

■ Eu não estava no Governo, na altura.

■ Mas é a esse documento que está a referir-se?

■ Onde é que está a reforma do Estado nesse documento?

■ Defende outras reformas?

■ Tem de haver uma reforma da formação profissional. Temos dois sistemas, um tutelado pelo Ministério do Trabalho e outro tutelado pelo Ministério da Educação. Não faz

sentido. Além disso, temos dezenas de cursos de pseudoformação. Devia haver uma auditoria para separar o trigo do joio. Na Economia, é fundamental termos a ambição de estar no *top 10* do *ranking* “Doing Business” do Banco Mundial. Somos um país periférico na Europa, temos de chamar a atenção dos investidores. Mas, na fiscalidade, com o IRC, a derrama

“**HÁ NO GOVERNO UM ‘ONE SONG HERO’, QUE É JOÃO LEÃO**”

“**PRECISAMOS DE UMA REFORMA A SÉRIO, QUE TIRE A POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**”

“Recebo pressões todos os dias. A do Governo português foi muito superior”

Para alguns membros da delegação portuguesa, “a palavra corrupção não devia aparecer sequer” no relatório da OCDE sobre Portugal, revela Álvaro Santos Pereira. Foi Mário Centeno quem boicotou a sua presença na apresentação do documento.

■ Quem decidiu que a corrupção seria um tema a analisar?

■ Os temas são decididos entre o secretariado da OCDE, a minha equipa, e o próprio país. Tínhamos proposto a reforma da Justiça, a reforma do Estado e da Administração Pública, ou da Segurança Social. O Governo decidiu pela da Justiça e preferiam focar-se nas exportações, porque acham que é fundamental, e também concordo.

■ Foi o próprio Governo que escolheu a Justiça?

■ Sim, nós sugerimos, eles acolheram.

■ Mas gerou controvérsia, com o Governo a achar que estaria a colocar-se o foco erradamente sobre Portugal.

■ Os países quase sempre têm uma atitude de dizer: sim senhor, vamos analisar a corrupção para os outros, mas não querem para si. Há pouco tempo tive um outro país latino que fez uma pressão enorme sobre a minha equipa. Há menos de mês e meio tive um país asiático, muito importante, que nos disse “não precisamos, porque não temos problemas de corrupção”. O comité da OCDE, composto por 36 países, decidiu que todos os relatórios têm de ter uma parte sobre combate à corrupção.

■ A pressão do Governo português foi superior à desses países?

■ Foi muito superior. Para alguns membros da delegação portuguesa, a palavra corrupção não devia aparecer sequer.

■ Porquê? Que argumentos deram?

■ Que o problema não era assim tão grave em Portugal e não valia a pena estar a falar sobre isso. E eu e a minha equipa contrapusemos que o relatório não tem nada de controverso.

■ De que lado se colocou a OCDE?

■ O comité achou que o relatório era equilibrado e mantiveram-se praticamente todas as recomendações.

■ Mas, depois, não esteve na cerimónia pública de apresentação do documento. Não foi uma desautorização da OCDE?

■ Se eu entendesse como uma desautorização ter-me-ia automaticamente demitido.

■ O secretário-geral da OCDE disse que tinha sido ele a sugerir-lhe não estar presente. Houve pressão do Governo português?

■ Houve pelo menos uma ou duas chamadas do presidente do Eurogrupo [Centeno] e, de seguida, o secretário-geral informou-me que não só eu não estaria presente na cerimónia como também o seminário técnico ficaria para um ou dois meses depois.

■ O Governo pessoalizou a questão em si, antigo ministro da Economia no governo de Pedro Passos Coelho. Não há uma situação de potencial conflito de interesses?

■ Diga-me uma vez que me tenha insurgido contra o Governo português. O secretário-geral da OCDE lança relatórios sobre o México de forma muito regular, porque é que, pelo facto de uma pessoa ser de um país membro, deve ficar impedida de falar sobre esse país? Era só o que faltava. Onde é que aqui está um conflito de interesses? Se sou português tenho um conflito de interesses em falar sobre anticorrupção? Para quê? Para ninguém falar?

e todas as sobretaxas, somos o segundo país menos competitivo da OCDE, a seguir à França. E nos licenciamentos e burocracia continuamos a ser, muitas vezes, um pesadelo para os investidores.

■ Na imprensa internacional fala-se do “milagre português”. Mário Centeno conseguiu um “milagre”?

■ Porque é que Mário Centeno conseguiu um milagre? O ministro das Finanças é responsável pela situação orçamental, não pela competitividade da economia. Só se baixar o IRC.

■ Chegou-se ao défice mais baixo da democracia, a economia voltou a crescer...

■ A economia portuguesa já estava a crescer. O desemprego chegou a atingir 18% e, depois das reformas laborais, está neste momento nos 6,3%.

■ Foram as reformas laborais que o permitiram?

■ Portugal cresceu, durante 15 anos, abaixo de 0,5% em média. Depois das reformas, nos últimos três anos, temos assistido a taxas de crescimento a rondar 2% ao ano. Há uma correlação muito grande em todos os países que seguimos na OCDE: quando há reformas, há crescimento. Se não

há reformas, não há crescimento. O segundo fator foi que a Europa começou a crescer. Com a economia muito mais aberta, aproveitámos a boia.

■ Não há mérito do atual Governo?

■ Este Governo teve um grande mérito, tal como o Presidente da República: conseguir inverter a confiança. E graças a um trabalho bem feito a nível orçamental, também ganhámos mais confiança e os juros baixaram. Portanto, todos têm mérito.

■ A redução do preço dos passes nos transportes públicos é uma medida eleitoralista?

■ Não me cabe dizer se é eleitoralista ou não. Agora, temos de pensar nas consequências. O esforço orçamental significa impostos noutra lado. E temos de garantir o equilíbrio financeiro das empresas públicas de transportes.

■ Não se devia aplicar o princípio do utilizador-pagador?

■ Noutros países, os preços são mais elevados, mas ajuda-se com subsidiação os mais necessitados. Acho que é um modelo mais certo. Porque é que os ricos têm de estar a ser subsidiados para andar no metro de Lisboa ou do Porto?